

Sociologia do eu

José Henrique Bortoluci

451-Revista de Livros, 14AGO2025

Prestes a lançar no Brasil Sociobiografia, Didier Eribon defende em entrevista que subjetividades são moldadas pela estrutura social

Quando narramos as amarrações entre uma vida e o mundo social, a data de nascimento é um fenômeno que não se reduz ao biológico. Pelo contrário, trata-se de uma construção teórica e narrativa que funciona como ponto de articulação entre a história individual e os elementos estruturais que, de modo mais marcante, condicionam os rumos de uma vida. Esse é o conceito fundamental que organiza o ensaio “Datas de nascimento”, originalmente formulado por Didier Eribon em 2014 e publicado em português na edição 49 da revista *Serrote*, em abril.

Como escritor, Eribon tem várias datas de nascimento. Para os leitores de sua vasta produção, um dos nascimentos se deu nos anos 1980, quando escrevia reportagens e ensaios para os jornais *Libération* e *Le Nouvel Observateur*. Outro início é o do biógrafo e entrevistador, sobretudo em sua monumental entrevista com o antropólogo Claude Lévi-Strauss (*De perto e de longe*, de 1988) e sua biografia de Michel Foucault (*Michel Foucault*, de 1989), de quem foi amigo em sua chegada a Paris no final dos anos 70.

Depois, mais um nascimento: *Reflexões sobre a questão gay* (1999), livro de teoria social que deu largada a uma influente produção situada entre a filosofia e a sociologia (além de Foucault, sua obra é fortemente influenciada pelo sociólogo Pierre Bourdieu). A maioria dos trabalhos nessa linhagem aborda como a violência social, em particular os insultos e outras formas de violência simbólica, constitui mecanismos de inferiorização de grande eficácia. A esse livro se seguiram trabalhos internacionalmente reconhecidos como *Échapper à la psychanalyse* (2005, Escapar da psicanálise, sem tradução no Brasil) e *A sociedade como veredito* (2013).

Por fim, em um novo nascimento como autor, numa temporalidade que se confunde com a de sua vida como teórico social, escreve seu grande sucesso teórico-literário, *Retorno a Reims* (2011). Na obra de “autoanálise”, como define o próprio autor, Eribon combina teoria social e autobiografia para reconstruir sua experiência de infância e juventude em uma família de classe trabalhadora numa das regiões da França que, ao longo das últimas décadas, afastaram-se cada vez mais dos partidos de esquerda para depositar seus votos e esperanças na extrema direita.

No caso do sociólogo, essa história é também a da negação de sua sexualidade e da busca por um escape em Paris, onde se tornaria intelectual e poderia viver como homem gay, sem constrangimentos familiares ou de seu entorno social anterior. É nesse sentido que Eribon, mirando a totalidade de sua obra, indica que sua “data de nascimento” — no sentido dado pelo autor — se confunde com o surgimento da classe trabalhadora industrial na Europa, entre finais do século 18 e ao longo do século 19, e com o processo contra Oscar Wilde, um dos marcos iniciais da luta LGBTQIA+.

Nessa última linhagem em sua produção, o autor publicou *Vida, velhice e morte de uma mulher do povo* (2023), em que volta os instrumentos narrativos e teóricos da autoanálise para a vida de sua mãe, mulher de classe trabalhadora e com fortes traços de homofobia e racismo, com quem teve por toda a vida uma relação tortuosa. É nos últimos meses da vida dela — um final marcado pela doença e pela violência de classe — que Eribon busca realizar um exercício de compreensão e alguma aproximação.

Li *Retorno a Reims* em 2018, na língua original (a edição brasileira só seria publicada em 2020, pela Âyiné). O livro foi central em minha reflexão sobre os potenciais de combinar sociologia e procedimentos literários para construir as interseções entre o individual e o coletivo, o sujeito e uma classe, um grupo social e um país. Foi numa nota de rodapé desse livro que me lembro de ter lido pela primeira vez o nome de Annie Ernaux, e numa entrevista com o autor que ouvi falar pela primeira vez de Édouard Louis — de quem Eribon é uma espécie de mentor e grande amigo.

Retorno a Reims é um dos livros mais influentes de uma geração de autores muitas vezes descritos como parte da tradição da “autoficção” — uma classificação conveniente, porém apressada, como aponta o próprio Eribon na entrevista à **Quatro Cinco Um**, por e-mail. Nela, retoma ainda várias das teses apresentadas em sua obra, desenvolve sua polêmica crítica à psicanálise e apresenta uma visão nuançada sobre a chamada literatura dos trânsfugas de classe.

No ensaio “Datas de nascimento: narrativas de si e a ontologia do presente”, você aborda como a data de nascimento é um aspecto central e essencial para a autoanálise. Em que consiste esse conceito e quais seriam as suas “datas de nascimento”?

Desenvolvi esse conceito depois de ler o primeiro volume da autobiografia de Assia Djebar, *L’amour, la fantasia* (1985, O amor, a fantasia, sem tradução). Nesse livro, a autora remonta à invasão militar da Argélia pelas tropas francesas, nas primeiras décadas do século 19, e então escreve que “nasceu em 1842”, quando o vilarejo de seus ancestrais foi incendiado pelo exército colonial francês. Essa não é a sua data de nascimento biológica. Ela nasceu em 1936. No entanto, essa é a data que a autora escolhe como o ponto de partida para sua reflexão autobiográfica, portanto uma data de nascimento histórica e política.

Não podemos perder de vista que o que somos se inscreve em uma longa história que precede o nosso nascimento. Partindo desse mesmo ponto de vista, me perguntei então qual seria a minha data de nascimento, histórica e política. Me dei conta de que poderia designar como tal duas datas: de um lado, a da Revolução Industrial e do surgimento de uma classe trabalhadora, como Marx a descreveu, e da qual emerge um movimento operário; de outro, a do julgamento de Oscar Wilde, com o qual se buscou silenciar as vozes homossexuais, mas que, em reação a essa violência repressiva, gerou uma proliferação tamanha de discursos que, sem dúvida, contribuíram para o surgimento de um movimento homossexual na Europa.

O ensaio é uma extensão de seu projeto de uma autossociobiografia que iniciou com Retorno a Reims e que tem continuidade em *A sociedade como veredito* [Âyiné, 2022], ambos já traduzidos no Brasil. Como o situaria no conjunto de sua obra?

Essa ideia das “datas de nascimento” estava presente em *Retorno a Reims*, assim como em *A sociedade como veredito*, porque nesses dois livros busquei refletir a respeito do que define nosso lugar na sociedade quando nascemos — e que, portanto, já está presente antes mesmo de virmos ao mundo. Em outras palavras, todas as estruturas que vão determinar quem somos, sejam elas de classe, de gênero, de raça, e outras, nos são anteriores.

Nasci em uma família muito pobre da classe trabalhadora do norte da França. Isso representou para minha vida um verdadeiro veredito social, exatamente como se deu antes com meus pais e com meus avós. Se escapei até certo ponto dos efeitos desse veredito que, já de início e de imediato, me atribuía um lugar e uma identidade no mundo social, foi porque outro veredito se impôs e se sobrepôs a ele: o da homofobia onipresente, que no final da minha adolescência me forçou a buscar uma saída, um refúgio.

Esse refúgio encontrei na cultura; essa saída, na fuga para Paris. Isso me permitiu escapar de meu destino. E, como tratei em *Échapper à la psychanalyse*, a psicanálise não somente é

incapaz de dar conta de todos esses fenômenos, como também, sobretudo, propõe explicações totalmente falaciosas, ao atribuir tudo à família e ao triângulo edipiano, justamente quando as dimensões sociais, sociológicas e políticas são as explicações fundamentais.

No ensaio, como em seus livros, somos apresentados a suas influências teóricas. Ao mesmo tempo, você convoca autores literários, como Genet, Ernaux, Celan, Djébar, Wideman. Que papel a literatura desempenha em seu trabalho?

Sempre atribuí grande importância à literatura em meu trabalho. Busquei nessas obras descrições e exemplos, mas também reflexões teóricas propriamente ditas. No que diz respeito às descrições, eu diria que a literatura consegue atingir o nível daquilo que é infinitamente pequeno, consegue penetrar nos interstícios do visível e do invisível que o olhar sociológico dificilmente consegue alcançar. Ela também encena as relações interpessoais, os sentimentos e os afetos.

Além disso, no decorrer de minhas leituras, percebi que os grandes escritores geralmente são grandes teóricos. É o caso de Marcel Proust, Jean Genet, Franz Kafka, Thomas Bernhard, Assia Djébar, Violette Leduc, Toni Morrison... Em meu último livro publicado no Brasil, *Vida, velhice e morte de uma mulher do povo*, construo minhas análises em diálogo com Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Norbert Elias, Erving Goffman, Simone de Beauvoir, mas também com Bohumil Hrabal, Alexandre Soljénitsyne, Christa Wolf, Maryse Condé.

Um debate recorrente hoje é sobre como classificar obras relativas à escrita de si. Você traça uma linha entre autoficção e autoanálise e situa seu trabalho no último campo. Por que essa distinção é necessária?

Meu modo e meu registro de escrita não se inscrevem no campo da literatura, mas no sociológico, teórico e filosófico. Embora eu tente escrever de uma forma bastante literária e esmaecer as fronteiras entre os diferentes campos da escrita, não há nada de ficcional no que escrevo e, conseqüentemente, o termo “autoficção” não pode ser aplicado ao que faço.

Em meu livro *Sociobiografia* (2025), que acaba de ser publicado na França e sairá em breve no Brasil, apresento minha abordagem como “sociobiográfica”, porque não é apenas uma “autoanálise” cujo sujeito e cujo objeto seriam “eu”. Trata-se antes de uma “socioanálise” baseada em biografias, como a do meu pai, a da minha mãe e outras, e não apenas a minha. Assim, minha própria “sociobiografia” (minha autoanálise, se preferir) funciona antes como um vetor de uma análise sociológica e teórica mais geral.

Retorno a Reims é um best-seller mundial, com um público que ultrapassa o mundo acadêmico. Ficou surpreso com o alcance? O que explica esse interesse por um livro de contornos teóricos tão marcados?

Quando publiquei esse livro, não imaginava que ele teria um impacto tão grande mundialmente e de forma tão duradoura. Sem dúvida, vários fatores desempenharam um papel não negligenciável. Primeiro, reinseri a discussão acerca da classe social no centro do debate intelectual e político justamente quando esse aspecto, durante as décadas de 80, 90 e 2000, foi amplamente apagado. Além disso, ao evocar meu passado, minha trajetória como um trãnsfuga, um desertor de classe, forneci a muitos leitores uma grade para se analisarem e entenderem sua própria história.

Se os leitores do Brasil, da Argentina, do Canadá, da Alemanha, da Grã-Bretanha, da Suécia, da Grécia, da Coreia do Sul e de muitos outros países puderam se identificar com minha história, a ponto de afirmarem que ela se assemelhava à deles, isso também significa que eles podiam transpor o que escrevi e aplicar isso a situações e trajetórias que se encontravam, apesar de todas as diferenças ligadas a histórias nacionais muito variadas, e que essas podiam ser compreendidas a partir do quadro teórico que desenvolvi nesse livro. Enfim, outro fator

que imagino ter sido decisivo no significativo interesse foi minha obstinação em entender e explicar a mudança no voto da classe trabalhadora, das classes populares, que migrou da esquerda para a extrema direita, exatamente quando esse processo estava começando a ocorrer.

Você faz uma dura crítica à psicanálise por se apresentar como uma teoria do sujeito e discute o potencial crítico do discurso psicanalítico. Desde a palestra que proferiu em 2014 e que originou o ensaio, seu diagnóstico se mantém?

Na minha opinião, a psicanálise não tem potencial crítico. Vimos isso na França na época dos debates sobre o reconhecimento legal de casais do mesmo sexo e sobre o direito ao casamento, à paternidade... Praticamente todos os psicanalistas se opuseram com grande violência discursiva, gritando em toda a mídia que isso seria o fim da sociedade, da civilização, da cultura humana. Os discípulos de Lacan foram os mais violentos. Nesse aspecto, foram fiéis ao seu mestre.

Em meu livro *Une morale du minoritaire: variations sur un thème de Jean Genet* (2001, Uma moral do minoritário: variações sobre um tema de Jean Genet, sem tradução), mostrei até que ponto todo o projeto de Lacan foi fundamentalmente antifeminista e homofóbico. Sempre vi a psicanálise como uma ameaça à minha vida e à minha liberdade. Quando era adolescente, todos os textos dos psicanalistas eram considerações patologizantes e delirantes sobre a necessidade de curar os homossexuais de sua homossexualidade. Para mim, rejeitar a psicanálise foi um salutar ato de autodefesa.

Em seu excelente livro *Becoming Freud* (2014, Tornando-se Freud, sem tradução), Adam Phillips tenta mostrar que, no início, havia um certo radicalismo emancipatório na obra de Freud e que isso foi rapidamente perdido e transformado em um profundo conformismo e até mesmo em um profundo conservadorismo. Na verdade, é todo o aparato conceitual do freudismo que, a meu ver, parece ser conformista e conservador, já que sua concepção do inconsciente é ao mesmo tempo individual e universal. Nesse aparato, os problemas são remetidos a cada indivíduo e se referem a estruturas universais do inconsciente que estão sempre ligadas à família (o pai, a mãe, a criança, Édipo, a castração). A psicanálise dessocializa e desistoriciza. E, a meu ver, precisamos socializar e historicizar o que queremos analisar.

Helenistas como Jean-Pierre Vernant e historiadores da arte como Meyer Shapiro mostraram como as interpretações de Freud se baseavam em uma completa ignorância do contexto histórico, social, moral, religioso e artístico em que as obras que ele comenta (Sófocles, Leonardo da Vinci) surgiram e a partir das quais ele desenvolve seus conceitos. Por isso, a meu ver, precisamos voltar à história e à realidade do mundo social e deixar de lado as construções mitológicas e até fantasmagóricas de Freud.

Você sugere que “substituir uma teoria psicanalítica por uma teoria social da subjetividade equivaleria a substituir o Édipo pelo sistema escolar”. Essa afirmação se aplica a qualquer sociedade ou mais ao sistema francês de distinção social?

Autores como o norte-americano Henry Louis Gates Jr., a britânica Lynsey Hanley, a alemã Deniz Ohde, e poderia mencionar muitos outros, começando por você e seu livro *O que é meu* (Fósforo, 2023), enfatizaram o papel do sistema escolar no estabelecimento de uma distância entre aqueles que tiveram de abandonar os estudos muito cedo e aqueles que puderam permanecer por mais tempo no ambiente escolar. É por essa razão que a análise não deve se restringir à psicologia da família, mas antes se ocupar da sociologia do sistema escolar e de sua incidência sobre nossas sociedades.

Não há na sua crítica um risco oposto, isto é, o de reduzir o sujeito a uma interseção de estruturas, sem levar em conta aspectos irreduzíveis de sua experiência subjetiva?

Você tem razão. Mas é preciso lembrar que não podemos compreender os aspectos irreduzíveis da experiência subjetiva se não tentarmos descobrir até que ponto essa experiência subjetiva é moldada pelas estruturas sociais. Norbert Elias, em seu clássico *O processo civilizador* (1939) e em *A sociedade dos indivíduos* (1987), demonstra claramente como as sensibilidades e os comportamentos são moldados pela evolução histórica e pela configuração social que precedem os indivíduos e definem seu modo de ser e pensar. A história estabelece uma determinada estrutura da personalidade, e essa estrutura é coletiva. Como resultado, a singularidade e a individualidade são, em grande medida, ilusões. Nossos sentimentos e afetos estão enraizados nessa estrutura histórica da personalidade.

Em *Vida, velhice e morte de uma mulher do povo*, tento descrever minha mãe segundo sua singularidade, atento a aspectos bem particulares de sua vida, de seus gostos, de sua maneira de pensar, de falar, de ver o mundo ao seu redor e de suas escolhas sindicais e políticas. Por mais singulares, todos esses elementos a inscrevem em uma classe social, em um gênero, em uma raça. Não é possível entender quem ela foi se não relacionarmos os detalhes de sua singularidade aos aspectos sociais em que esteve inscrita. Por essa razão, afirmo em *Sociobiografia* que os “personagens” de meus livros (minha mãe, meu pai, meus avós, assim como eu) são personagens sociológicos, são “tipos sociais”, no sentido adotado por Lukács em seus estudos de Balzac e do realismo francês. Cada um de seus personagens é tanto um indivíduo quanto um tipo social, cuja liberdade só existe dentro de um sistema de restrições.

Um aspecto que me preocupa é o de como representar na literatura o discurso de nossos pais, avós, pessoas que não passaram pelo sistema escolar como nós. Há riscos, ou possíveis ganhos, em mobilizar diferentes registros linguísticos em trabalhos de autoanálise?

Certamente, um dos aspectos importantes de ser um trânsfuga, um desertor de classe, é que você tem que desaprender a maneira como falava na infância e na adolescência (perder o sotaque, mudar o vocabulário, evitar expressões populares ou regionais) para aprender a falar de uma maneira completamente diferente, a “linguagem culta” ou “legítima” no sentido sociológico da palavra.

Quando eu conversava com minha mãe, não falávamos exatamente o mesmo idioma e eu tinha de fazer um esforço para apagar essa distância linguística. Quando estou escrevendo, especialmente teoria, a linguagem que uso tende a ser culta e sofisticada. Mas também tento reproduzir na descrição, por exemplo, do que minha mãe falava, a maneira como ela falava. Isso é o que Bourdieu chamou de “odisseia da reapropriação”: o trânsfuga de classe se distancia do mundo de onde veio para adquirir uma cultura acadêmica, mas, através dos meios oferecidos por essa cultura acadêmica, ele pode recuperar de forma mais abrangente o que precisou deixar para trás e tudo aquilo de que buscou se distanciar.

O insulto aparece em sua obra como um acontecimento central na constituição do sujeito. Muitos discursos críticos atuais enfatizam as imagens, especialmente nas redes sociais, como mecanismo fundamental para a subjetivação e reprodução de estruturas de opressão. Você considera esses diagnósticos compatíveis?

Dediquei em meus livros grande importância ao insulto, ao momento em que alguém é apresentado a si mesmo e aos outros por meio de um insulto. Tratei dele como sendo um acontecimento central na constituição das subjetividades minoritárias ou estigmatizadas. Fanon expressa isso muito bem em *Peles negras, máscaras brancas* (1952). O insulto nos atinge e nos coloca em um lugar inferior, nos atribui uma identidade negativa desde a

infância. Ele nos precede e, por meio dele, as hierarquias da ordem social se apoderam de nós. Mas o que descrevo como linguagem do insulto não é apenas aquela a que estamos expostos na rua. Inclui-se nessa linguagem toda a gama de imagens e de discursos pejorativos, desvalorizantes e estigmatizantes. Assim, essa minha teoria do “mundo dos insultos” e de como eles estabelecem e reproduzem as estruturas de dominação abrange essas novas tecnologias de comunicação, o funcionamento das redes sociais e todas as palavras e imagens degradantes e odiosas que elas transmitem.

Você conclui o ensaio de forma um tanto pessimista sobre as possibilidades de convergência entre diferentes lutas sociais. Essa estrutura teórica que você apresenta pode ajudar a entender os desafios atuais que a esquerda enfrenta na França e em quase todo o mundo?

Se cada um de nós tem várias “datas de nascimento”, várias inscrições coletivas, várias identidades sociais, isso significa que não há uma forma de pertencimento, de inscrição em um grupo que seja “mais verdadeira” do que outras. Há muitas formas de dominação. E a resistência a diferentes formas de dominação não é homogênea, mas sempre plural e relacional: o movimento dos trabalhadores, o antirracista, o feminista, o LGBTQIA+ e outros.

Poderíamos reunir todas essas lutas em um movimento comum? Sabemos que não é tão simples. Cada luta tem suas próprias especificidades, tradições, demandas e conflitos internos. Mas é concebível que alguns partidos políticos adotem como objetivo representar todos esses movimentos e suas lutas na esfera política. Esse é o caso, na França, do partido La France Insoumise [A França Insubmissa], no qual eu voto e que apoio, justamente por esse motivo.

Sua obra tem tido uma boa acolhida dos leitores brasileiros, assim como a de outros autores franceses do campo da autoanálise, como Annie Ernaux e Édouard Louis. A que você atribui o sucesso dessa tradição?

Se considerarmos o caso de Édouard Louis, veremos que ele está propondo uma nova maneira de fazer literatura, assim como eu estou propondo uma nova maneira de fazer teoria. Também não há nada de ficcional no que ele escreve. Tudo é verdadeiro. É uma literatura do real, uma abordagem que poderia ser descrita como “realista” ou “materialista”, já que ele se mantém o mais próximo possível da materialidade concreta das vidas e da verdade objetiva dos eventos.

Ao mesmo tempo, Louis não deixa de criar uma linguagem com dispositivos formais e estéticos que lhe permitem fazer esse relato muito preciso da realidade, tanto descritiva quanto analiticamente. Assim, por meio do retrato lúcido e detalhado de uma série de histórias individuais (a sua, a de seu pai, a de sua mãe e a de seu irmão), ele nos fornece um vislumbre de uma história coletiva, ou seja, da história de uma classe social e da história de todos que são econômica e culturalmente despossuídos, dominados, relegados e desprezados. Esses elementos se combinam e produzem sentimentos e emoções complexos nos leitores. Isso confere aos seus livros um enorme poder. É uma literatura que tem um efeito transformador em quem entra em contato com ela. Isso explica seu imenso sucesso.

***Retorno a Reims* influenciou não só leitores, mas muitos escritores. É o meu caso. Em que medida a autoanálise e esse seu livro ajudaram a transformar a pesquisa e a escrita nas ciências sociais?**

É difícil responder sem parecer imodesto. Sei que cada tradução de *Retorno a Reims* desencadeou uma florescência de autobiografias sociológicas nos países onde foi publicado. Um jornal austríaco, referindo-se a esse novo gênero literário, chamou-o de “o gênero Eribon”. Também não deixa de ser verdade que meu livro contribuiu com mudanças

no campo das ciências sociais: muitos sociólogos, historiadores e filósofos o tomaram como modelo para mudar a forma como a sociologia e a teoria são praticadas e escritas. E essa era uma de minhas intenções.

Sartre, Foucault e Bourdieu revolucionaram o campo da filosofia, da história e da sociologia. Espero realizar um projeto semelhante. Assim como eles, tenho podido contar com muitos que me acompanham nesse projeto, embora esteja ciente de que qualquer projeto inovador inevitavelmente encontra resistência de todos aqueles que se acomodaram na rotina estabelecida de suas disciplinas.

Tradução de Luzmara Curcino.